

A GEOGRAFIA DO ENSINO SUPERIOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL: CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, DOS VESTIBULANDOS AOS CONCLUINTES

Simone Santos Pereira – Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo
Jaqueline Pinafo – Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo

Resumo

A relevância do ensino de Geografia na Educação Básica no Brasil parte do papel fundamental da disciplina em oferecer instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social, estabelecendo múltiplas relações com o espaço, determinantes para interações com os outros e trocas nos campos da ciência, cultura, trabalho, educação, entre outros. Por conceber a importância do professor de Geografia no processo de ensino aprendizagem, queremos entender quem são os estudantes dos cursos de formação no território brasileiro de 2000 a 2012. Para tanto, queremos discutir nessa comunicação: i. número de cursos ofertados no território nacional; ii. evolução do número de vagas; iii. número de inscritos nos cursos; iv. número de matriculados e v. número de concluintes no período. Analisamos de maneira quantitativa os objetivos comparando o número de cursos, de vagas ofertadas, de vestibulandos, de matriculados e o número de concluintes. Confirmamos que os números têm crescido progressivamente, seja o número de cursos (de 210 para 352), de vagas (de 9.767 para 20.388) e de ingressantes (de 6.668 para 9.873), refletindo a expansão do Ensino Superior no Brasil. Embora o número de geógrafos habilitados para o magistério tenha aumentado em números absolutos, a proporção de candidatos em relação ao número de vagas diminuiu. O número de concluintes aumentou, entretanto, se comparado com a oferta de vagas e a demanda de professores de Geografia para atender o número de estudantes da Educação Básica brasileira, há ainda defasagem. Com a universalização do Ensino Básico do país o número de estudantes formados não atende a necessidade do momento histórico gerando carência de profissionais capacitados em inúmeras regiões do país. Percebemos, nesse sentido, que há uma diminuição no interesse de estudantes em se tornarem professores, decorrente de uma desvalorização profissional, social e financeira que acomete a profissão. Essa diminuição de ingressantes na profissão pode gerar, num futuro próximo, uma insuficiência de profissionais em todo território nacional.

Palavras-chave: Formação de professores de Geografia, curso de Licenciatura, atratividade na docência

Introdução

Muitos estudiosos afirmam que a Educação Brasileira está em crise. É importante, contudo, especificar a que tipo de crise se referem. Consideramos analisar, nessa pesquisa, a crise na licenciatura dos cursos de Geografia. Estudos apontam que a diminuição de professores que se formam pode gerar uma escassez na profissão num futuro próximo. Ristoff (2008) descreve que há pouco mais de 120 mil professores de Geografia no país, entretanto, aponta uma demanda hipotética de mais de 60 mil professores com formação específica para atender todo o território nacional. Desse modo, a presente pesquisa objetiva compreender os números do processo de formação no território brasileiro de 2000 a 2012, tanto no ensino público quanto privado. A licenciatura em questão é preponderante para o ensino na Educação Básica, ou seja, nas disciplinas de Geografia, no Ensino Fundamental II (EFII) e Ensino Médio no Brasil. A presente pesquisa tem como objetivos comparar o número de vagas, vestibulandos, ingressantes e concluintes nesse período, verificando quais alterações se fizeram presente em relação a oferta, ingresso, e conclusão. Visamos ainda, explorar algumas possibilidades que justifiquem o resultado obtido a partir de artigos publicados no

mesmo período.

Resultados

Analisamos de maneira quantitativa, comparando o número de cursos, vagas ofertadas, inscritos, matriculados e o número de concluintes. Todos os dados foram coletados nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, por meio do Censo da Educação Superior, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação. As sinopses apresentam dados de mais de mil instituições de ensino, sendo elas públicas (gratuitas) e privadas (pagas). No ano inicial havia um total de 1.180 instituições, sendo 176 delas públicas e 1.004 privadas. No ano de 2012 o total era de 2.416 instituições, 304 públicas e 2.112 privadas. Enquanto houve um aumento de 76% de instituições públicas, houve 140% em instituições privadas.

Em relação à oferta, houve aumento tanto no número de cursos quanto no número de vagas, todos os dados referem-se aos cursos presenciais. A figura 1 mostra a evolução do número de vagas no período. O número de cursos era, no ano inicial, 210 e no ano final 352, aumentando a oferta em 67% no período. Houve uma significativa alteração em 2005, em que o número caiu para 114 cursos, decorrente da baixa avaliação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade), proferido pelo Ministério da Educação Brasileira, que fechou os cursos com baixo desempenho.

Figura 1 – Evolução do número de cursos de formação de professores em 2000 e 2012

Fonte: Censo Ensino Superior - INEP

Dos 210 cursos em 2000, 125 eram em instituições públicas e 85 em instituições privadas. Em 2012 o total de instituições públicas era de 234, ou seja, um aumento de 87% e 118 privadas representando um aumento de 38%.

Houve, conseqüentemente, um aumento significativo no número de vagas. Enquanto em 2000 eram ofertadas 9.767 vagas no ano final 20.388 foram dispostas aos vestibulandos. Nesses últimos anos houve um crescimento acentuado no ES devido ao programa PROUNI do governo federal para esse nível de ensino, em que as universidades privadas recebem isenções de impostos e ofertam vagas públicas (gratuitas) aos estudantes de baixa renda.

Figura 2 – Evolução do número de vagas na Licenciatura de Geografia entre em 2000 e 2012

Fonte: Censo Ensino Superior – INEP

Nesse sentido, houve, por parte do governo federal, uma expansão na oferta dos cursos e vagas, ainda que muitas delas em instituições privadas, resultando em um aumento de mais de 100% no número de vagas ofertadas.

Em seguida, foram coletados dados relacionados aos vestibulandos. Conforme demonstrado na Figura 3, entre 2000 e 2009 o número de candidatos oscilou entre 23 e 30 mil, excetuando no ano de 2005, devido à diminuição de vagas ofertadas naquele ano. Confirmamos que o número de candidatos tem aumentado desde 2010, chegando a mais de 75 mil no ano de 2012.

Figura 3 – Evolução do número de candidatos.

Fonte: Censo Ensino Superior – INEP

Contudo, embora exista oferta de vagas e candidatos que intencionam ocupa-las poucos efetivamente o fazem como na figura 4.

Análises

Tabela 1 – Evolução do número de vagas, vestibulandos, ingressantes e concluintes

	Vagas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
vagas	9767	10.467	12.867	14.771	15.782	5.317	18.711	17.662	17.639	17.291	20.053	19.567	75.918	9767	10.467
vestibulandos	23826	27.001	29.427	36.263	33.634	12.367	29.412	28.437	27.693	24.554	40.298	56.402	75.918	23826	27.001

ingressantes	6.668	7.569	8.279	9.454	10.316	3.404	8.760	7.295	6.830	6.442	10.102	8.993	9.873	6.668	7.569
concluintes	3165	4.587	4.929	5.879	6.047	1.054	6.691	6.087	5.733	5.395	6.753	6.196	5.983	3165	4.587

Observamos que embora haja vagas nos cursos de Geografia e interesse no momento do vestibular, poucos candidatos realmente ingressam nesses cursos e menos ainda concluem os mesmos, conforme demonstrado na figura 4 ou tabela 1.

Figura 4 – vagas, ingressantes e concluintes

Fonte: Censo Ensino Superior – INEP

Alguns estudos recentes têm se preocupado em analisar a crise em torno dos cursos de formação de professores, versando sobre a falta de interesse, por parte dos jovens, na procura pela profissão e a diminuição de professores formados. Esses fatores podem gerar, num futuro próximo, uma escassez na profissão. A pesquisa corrobora com os dados, uma vez que aponta que há diminuição no ingresso e no número de concluintes. Essa diminuição representa falta de interesse em ingressar ou se licenciar.

Gatti (2009) ressalta a pouca valorização do magistério nos dias atuais, colocando-o como opção para estudantes oriundos de famílias de classe C e D¹. Ela pondera ainda que a Educação Básica está intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento social e econômico do país, que necessita emergir enquanto sociedade do conhecimento. É importante, nesse momento, considerar o perfil do ingressante dos cursos de formação de professores. Nesse sentido, Louzano (2010) aponta que no ano de 2005, por exemplo, apenas 5% dos interessados no magistério estavam entre os 20% que obtiveram melhor desempenho no Enem, e 16% dos candidatos se encontravam entre os 20% com pior desempenho. Em relação aos perfis socioeconômicos, os estudantes de Licenciatura, em sua grande maioria, são oriundos de escolas públicas, com renda familiar inferior a três salários mínimos, além de trabalharem ao mesmo tempo em que estudam. Podemos discorrer que, em sua maioria, são os estudantes com baixo rendimento acadêmico e, nesse sentido, questiona-se em relação ao domínio dos conteúdos escolares básicos. No que se refere ao domínio da escrita e da leitura, Marin e Giovanni (2007) ressaltam o despreparo dos estudantes em relação a esses conteúdos, pois em sua pesquisa muitos problemas estruturais na expressão escrita e na interpretação de textos são evidenciados. Há, portanto, uma preocupação em relação ao profissional formado e ao processo ensino aprendizagem, uma vez que parte dos problemas detectados são conteúdos que devem ser transmitidos aos futuros estudantes. Por conseguinte, se menos estudantes buscam o magistério, há a possibilidade de escassez de profissionais. E, se os que buscam possuem rendimentos acadêmicos inferiores, os cursos de formação superior talvez não estejam preparados para sanar essas dificuldades. Portanto serão profissionais com mais dificuldades que lecionarão os

¹ No Brasil a classe C tem como renda familiar de R\$ 535,17 a R\$ 2.307,03, já a classe D tem como renda familiar de R\$ 334,87 a R\$ 535,17.

conteúdos precariamente, impedindo que se desenvolva uma sociedade do conhecimento, que resultaria numa emergência adequada para o país.

A pesquisa confirma que o magistério tem deixado, ao longo dos anos, de ser uma opção profissional recorrente entre os estudantes de Ensino Médio. Entre os fatores que incidem sobre a escolha profissional estão o renda, plano de carreira, empregabilidade, status, vocação entre outros. De acordo com Gatti (2009), estudantes de Ensino Médio, de todas as regiões do Brasil, apontam que a docência é uma profissão complexa que envolve tanto aspectos negativos quanto positivos, por um lado há pouco reconhecimento social, além dos baixos salários, e por outro é um trabalho bonito e nobre.

Percebemos que o discurso dos estudantes são respostas individuais a partir de suas interações sociais, em que o individual e o coletivo estão intrinsecamente relacionados, pois são socialmente construídos. Observamos os mesmos argumentos em pesquisas com profissionais já estabilizados na profissão. Vianna (1998) conclui, em sua pesquisa com professores da Educação Básica nos anos 90, que dois aspectos se destacaram acerca do magistério, por um lado o desencanto e por outro, a paixão. Essas características antagônicas entre si permeiam, na maioria das vezes, a realidade dos docentes, alternando-se em maior ou menor grau para os dois lados da balança. Essa interpretação subjetiva da profissão é, ao mesmo tempo, social e coletiva, construindo historicamente uma representação socialmente negativa que incide sobre o status da profissão. O aspecto mais recorrente na pesquisa foram as condições de trabalho, que se resultam precárias, alterando as relações no interior e no exterior da escola e com todos os atores da comunidade escolar. Vianna (1998) também aponta o contínuo processo de arrocho salarial, que pode resultar significativamente no desprestígio financeiro da profissão na atualidade. Nesse sentido, diante de um imaginário social de desvalorização, cada vez menos os jovens se interessam pela docência, tendendo a seguirem em outras profissões socialmente mais respeitadas.

Todos os artigos pesquisados em algum momento evidenciam a questão salarial, como um ponto importante a ser discutido. Alves e Pinto (2011) comparam o salário médio de profissionais que possuem o mesmo número de anos em sua formação acadêmica para o exercício de sua profissão. Enquanto 82,8% dos médicos ganham mais de 5 salários mínimos, 89,3% dos professores da Educação Básica ganham até 5 salários mínimos. Segundo os autores, o salário do docente da escola pública é normalmente 36% mais baixo se comparado ao de outras profissões que exigem a mesma qualificação no Ensino Superior. Nesse sentido, o desencanto com a profissão e o desprestígio social e financeiro está enraizado no imaginário coletivo da sociedade brasileira, e resulta na pouca atratividade do magistério para a geração atual.

4. Conclusões

Devido à universalização do acesso ao Ensino Básico, o número de professores especialistas deveria ter aumentado nos últimos anos. Entretanto, o número de concluintes dos cursos de Geografia se mantém entre 3 e 7 mil no período pesquisado. Esse número é muito baixo relacionado com o número de ingressantes que varia entre 6.400 a 10.300 e a demanda nacional conforme apontado por Ristoff (2008). Se comparado ao número de vagas disponíveis esse dado é ainda mais baixo, pois a variação está em torno de 9 e 20 mil vagas.

Louzano (2010) aponta que a atratividade para a docência e a oferta de bons cursos de formação são duas das três principais características dos países com melhores desempenhos em educação no mundo. A autora reflete sobre como a atratividade para o magistério no Brasil se consolida de maneira ineficiente, pois apesar dos aspectos positivos da profissão como flexibilidade, férias, baixas taxas de desemprego e o sentido altruísta da profissão, o pouco prestígio social e financeiro, além de restrição de influência nas políticas públicas e imobilidade no plano de carreira diminuem o interesse pela profissão aos melhores estudantes do Ensino Médio.

É notório que, para reverter este quadro de desinteresse pela docência, seja imprescindível reverter o desprestígio social acerca da profissão. Logo, é importante valorizando os profissionais, aumentando significativamente o salário e melhorando as condições dos cursos de formação, entre

outros fatores. Melhorar as condições para os docentes reflete em atrair mais e melhores profissionais.

Conclui-se por afirmar que as políticas educacionais brasileiras divergem dos pressupostos da Organization For Economic Cooperation And Development (OECD) que assegura que o professor é o fator mais importante no processo de escolarização. Como resultado, os países com mais sucesso educacional possuem uma política efetiva para atrair e manter os professores, além de propiciar bons cursos de formação. Na maioria dos países, especialmente naqueles com as melhores notas nos exames internacionais, está tendo nesta década mais professores iniciando a carreira que em qualquer outro momento desde 1970. Esse crescimento é decorrente do processo de valorização do profissional que estes países desenvolveram. O Brasil, devido aos inúmeros fatores já citados, segue na contramão em relação aos estudantes que desconsideram a profissão no momento da escolha no fim do Ensino Médio ou ao longo da graduação.

Diante dos resultados alarmantes em que o número de vestibulandos e concluintes são baixos, ponderamos acerca da necessidade de mais pesquisas sobre o assunto. Justifica-se, portanto, que nesse momento histórico sejam importantes pesquisas, como esta, que inferem diretamente sobre o problema. Visando assim, diagnosticar os problemas e apontar soluções, uma vez que a diminuição de profissionais formados possa gerar, num futuro próximo, uma escassez no cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago e PINTO, José. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ ago, 2011.

<http://cps.fgv.br/node/3999>. Acesso em 14.02.2015.

GATTI, Bernadete (org). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

LOPES, A. e PEREIRA, F. Escritos de trabalho e construção social da ação educativa institucional: (E)feitos de um Processo de Investigação-ação. *Educação, Sociedade e Culturas*, no. 22, 2004, p. 109-132.

LOUZANO, Paula. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional** v. 21, n. 47, p. 543-568, set/ dez 2010.

MARIN, Alda e GIOVANNI, Luciana. Expressão escrita de concluintes de curso universitário para formar professores. **Caderno de Pesquisa** v. 37, n. 130, p. 15-41, jan/ abr 2007.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Teachers matter: attracting, developing and retaining effective teachers**. 2005 Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/school/48627229.pdf>. Acesso em: 12.05.2014

RISTOFF, Dilvo. **Mapa da Demanda Docente na Educação Básica**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/palestras/palestra_ifets_mapa_04m.pdf. Acesso em: 10.05.2014

VIANNA, Cláudia. Entre o desencanto e a paixão: Desafio para o Magistério. In: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora 34,1998.